



Textos Brasileiros

A TERRA DAS LAGOAS

Maria Helena de Amorim Wesley*

16/11/2002

TERRAS BRASILEIRAS

Teria sido na costa das Alagoas que os olhos mareantes da esquadra cabralina divisaram pela primeira vez as terras do Brasil. Há historiadores que defendem com relativo ardor este ponto de vista, em que pese a ausência de comprovação decididamente aceitável. Jayme de Altavila, entre tantos outros que se ocuparam do passado alagoano, admite-o chegando a presumir que o primeiro ponto avistado por Cabral teria se desenhado nos contornos da Serra da Nacêa, da cidade de Anadia.

Ele se baseia no historiador pernambucano Fernandes Gama e em Alexandre von Humboldt, este por sua vez fundamentado em documentação como a referente à latitude em que se encontrava a frota portuguesa ante os primeiros recortes surgidos no horizonte entre os dias de abril do ano de 1500, e em outro historiador, do século da descoberta, João de Barros.

Por localizar-se a latitude austral entre Jiquiá e Coruripe, deduziu o autor da História da civilização das Alagoas existirem acentuadas semelhanças entre a realidade geograficamente regional desta área da terra e da água alagoana e a descrição constante da carta do escrivão Caminha "...e então o capitão passou o rio, com todos nós outros, e fomos até uma lagoa grande de água doce, que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apautada por cima, e sai água por muitos lugares."

O rio poderia ter sido o Coruripe e os lugares de muita água as lagoas inúmeras situadas antes da foz do rio denominado Poxim.

* Autora/responsável do site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>). Prof. Adjunto IV - Aposentada (UFAL). Doctor Ph D. International Relations (Bircham International University). Membro da Academia Brasileira de Defesa – ABD.

Outras coincidências entre a topografia das Alagoas e o texto da primeira carta a D. Manuel de Portugal sobre Vera Cruz ou Santa Cruz, Jayme de Altavila se compraz em apontar, salientando que se por um lado a Baía Cabralia, onde ancorou o almirante pela primeira vez, chegava a emoldurar-se como no Jiquiá e Coruripe, por “grandes barreiras, umas vermelhas e outras brancas”, por outro, nas suas circunvizinhanças, não existe nenhuma lagoa de água doce e sim três lagoas salgadas referidas por Salvador Pires de Carvalho e Aragão, consoante indicação em notas de Moacir Medeiros de Sant’ana.

O destaque porventura pioneiro da terra das Alagoas no início da história brasileira se não chega, com efeito, a positivar-se, ao menos atinge aquelas raias da possibilidade de que não se pode eximir inteiramente qualquer estudioso. A maioria dos historiadores alagoanos o encampam, a começar por Thomaz do Bomfim Espíndola, em sua Geografia Alagoana de há cento e seis anos (1871), Moreno Brandão e outros.

De qualquer forma, se em vez do litoral das Alagoas o que os navegantes primeiro divisaram foi, de fato, retalho da costa baiana, não há porque subestimar-se a importância das terras que logo após a descoberta viriam a pertencer inicialmente à capitania de Pernambuco no contexto histórico das viagens e expedições exploratórias da América daqueles dias. Por Alagoas, a começar pela desembocadura do Rio São Francisco, é que se desenhariam os traços inaugurais da cartografia sul-americana.

As primeiras linhas do contorno leste brasileiro possivelmente se traçaram pelo punho de Américo Vespúcio, que em 1501 teria acompanhado exploradores prováveis como Cristovam Jacques, Pedro Coelho, D. Nuno Manuel, Gonçalves Coelho, Fernando de Noronha. Vespúcio foi famoso como cartógrafo da época e teria inaugurado, assim como o fez Pero Vaz de Caminha na primeira descrição manuscrita elaborada sobre a nova terra, os estudos cartográficos brasileiros, riscando certamente, a partir da foz dos Rios São Miguel e São Francisco, os primeiros perfis da nossa costa, principiando como se pode deduzir pelo sul da futura capitania das Alagoas.

A denominação Alagoas não há dúvida que provém da concentração de pequenas lagoas que pontilham e se concentram algumas vezes na superfície geográfica alagoana. Surgiu segundo alguns com o primitivo povoamento da Lagoa do Sul que viria a ser Madalena da Alagoa do Sul e capital da Província

até o ano de 1839. Das lagoas Manguaba – do Sul – e Mundaú – do Norte – ao lado de tantas outras espalhadas ou concentradas deve ter nascido o topônimo Alagoas para a comarca que se faria emancipada – a Alagoa ad Austrum do Brasil holandês, de cujo brasão de armas retiraram-se as três tainhas que figuram atualmente no escudo de armas do Estado.

NÚCLEOS DE POVOAMENTO

Os desbravadores do solo alagoano constituíram-se num tema de variadas conclusões da parte de quase todos os historiadores do ciclo das capitanias no Nordeste. Depois das primeiras expedições de logo após a descoberta ocorreu, ao que parece, um interregno de uma década ou mais de anos da parte do reino de Portugal. Dissentindo entre si, os estudiosos do assunto situam entre 1520 e 1560 um período em que melhor se entregaram os portugueses ao conhecimento de sua notável conquista marítima. Desse período é que se pode remontar para o enfoque da formação dos núcleos iniciais do povoamento das Alagoas. Exatamente dentro dessa faixa do processo de elaboração de nossa história é que se pode divisar o aparecimento dos povoados de Penedo, Marechal Deodoro (a primitiva Santa Madalena da Alagoa do Sul) e Porto Calvo.

Até hoje não tem sido fácil desenvolver sem tropeços muitos dos temas que se incorporam à historiografia do Nordeste, principalmente no que toca as primeiras feitorias levantadas pelos portugueses entre Itamaracá e o Rio São Francisco. Dos quantos que já trataram do assunto em suas obras se pressentem dúvidas e interrupções, quando uns aos outros se agarram para ampararem-se ou fugirem de afirmações definitivas. É que a documentação da época chega a ser das mais escassas. Houve historiador português que admitiu a existência tão somente de sete únicos documentos dos elaborados e datados do ano de 1500.

Apesar de tais começos civilizatórios se marcarem de evidentes dificuldades para uma panorâmica visão de sua história, no caso de Alagoas seus pontos principais de formação não são desconhecidos, pelo menos se olhados sob o ângulo de espaços cronológicos. As cidades-mãe de Alagoas, seus núcleos de povoamento inicial – Porto Calvo, Marechal Deodoro e Penedo – resultaram sem nenhuma dúvida da positiva determinação do

donatário Duarte Coelho, ainda que se possa vacilar quanto às datas de sua fundação e até quanto às viagens mesmas empreendidas pelo fundador de Olinda para fins de instalar os ditos povoamentos.

De 1530 até 1570 ou 80 são inúmeras e muitas vezes espaçadas as expedições do colonizador operando no desbravamento do território alagoano. Dentre elas a que se destaca como proveitosa de fato do ponto de vista da colonização portuguesa foi a de Jerônimo de Albuquerque e Jorge Albuquerque Coelho. Esta teria consolidado fundações e impulsionado feitorias.

Nas andanças por eles promovidas pelas terras do sul da capitania de Pernambuco, arrostando com os ataques dos índios e percalços dos caminhos, estes Albuquerque distinguiram-se como os primeiros a melhor se aprofundarem no interior. Teriam subido em grande parte o Rio São Francisco, num esforço de exploração e de conquista bem ousadas para as condições e meios de que podiam dispor naquele tempo. Dataria daí a fundação de Penedo, com o que se chocam as opiniões de vários pesquisadores – uns atribuem a Duarte Coelho, outros a seus filhos, em 1560.

4

A verdade que não se pode discutir é que os empreendimentos iniciais e indispensáveis à expansão do elemento europeu nas Alagoas do colono povoador – são devidos ao arrojo como realizaram as chamadas entradas de aventureiros ou não pelo sertão a dentro, não apenas à procura de conhecer ou explorar suas matas inóspitas, mas à busca também das minas de ouro ou prata que suas serras poderiam esconder.

Pela água foi que se tornou mais fácil o acesso dos exploradores. E no São Francisco inaugurou-se certamente o caminho ou trilha principal – por ser mais suave desbravar sobre águas do que sobre terrenos praticamente indepassáveis. O que não quer dizer que as primeiras tentativas de entrar tenham sido favoravelmente simples. Ao contrário, referem estudiosos que por carta de Thomé de Souza elas se revelaram muitas vezes demasiado espinhosas.

Fundamentalmente, em que possa influir a importância de Porto Calvo (a remota Bom Sucesso) e Santa Madalena da Lagoa do Sul, foi pela foz do São Francisco, depois de instalada e de fortificada a futura cidade de Penedo, que se redobram intensamente os esforços de penetração no interior alagoano.

Abelardo Duarte é que escreve, a propósito:

”Na crônica do desbravamento da zona sanfranciscana do lado das Alagoas, as expedições que se seguiram e de que se tem notícia são as de Francisco Caldas e Gaspar de Taíde ou Ataíde, em 1572-1577, doze anos depois da bandeira dos Albuquerque; a de Francisco Barbosa da Silva e Diogo de Castro, em 1578, e uma nova entrada do mesmo Francisco Barbosa da Silva, tempos depois.”

Desta última sabe-se que dividida em duas partes – uma por caminhos terrestres e outra por caminhos marítimos – haveria de convergir para Penedo. Ao que registram alguns mestres do assunto, tanto esta como uma segunda tentativa do desbravador Francisco Barbosa da Silva, teriam resultado inúteis – malograram.

Ressalta, no entanto, o relevo de Penedo já aí como centro de irradiação para o povoamento de Alagoas. O município sanfranciscano teria sido por suas próprias condições geográficas e estratégicas, provavelmente – de vez que em certos autores sobleva sua importância como posto de vigilância contra os franceses que comerciavam contrabando com as diversas tribos das proximidades -, o primeiro ponto onde se plantariam as sementes pioneiras da civilização alagoana.

5

Depois, estabelecidos no Penedo, tem-se como certo que buscaram os portugueses fixar-se nos dois pontos a seguir: em Porto Calvo, mais próximo do centro de domínio da capitania, e Alagoas, situada à margem da Lagoa Manguaba, metade, ao que parece da distância entre a primitiva fortificação duartina penedense e povoação que no curso de alguns anos, em 1633, pouco antes da invasão holandesa, viria a denominar-se de Nossa Senhora da Apresentação da Vila de Bom Sucesso do Porto Calvo.

O INDÍGENA

Os alagoanos primitivos eram índios muito mais pescadores do que caçadores. Precisamente por viverem entre águas tornavam-se em exímios remadores de pirogas e canoas. Como aborígenes dividiam-se em tribos de nomes variados, distinguindo-se algumas pela ferocidade – a dos Caetés, que era antropófaga. Da história pré-colombiana, ou de antes de Cabral, eles penetraram a nossa através do episódio da matança de náufragos portugueses nas praias do Coruripe ao Porto do Francês – devoraram inclusive o primeiro bispo ou antiste brasileiro, Dom Pero Fernandes Sardinha.

Além dos terríveis Caetés, outras tribos distribuía-se por todo o território alagoano, que antes era pernambucano. Aproximadas do São Francisco se situavam os Abacátaras, os Aconãs, Cariris, Coropatis. Para o Norte, de Porto Calvo a Itamaracá, instalaram-se os Tabajaras e os Potiguaras, com os quais o donatário Duarte Coelho teve cruentamente de defrontar-se no empenho de colonizar a sua capitania.

Na direção do Leste para Oeste viviam os Chucurús, Vouvés, Unãs, Coropotos. Os Mariquitos penetravam as matas mais profundas.

Dóceis em alguns grupos, na maioria das vezes transigiam e cediam aos interesses do colonizador. Do seu relacionamento com os mareantes e navegadores há quem diga que antecedeu ao mantido com próprio luso descobridor. Uma discutida literatura atribuída à época chega a suscitar contactos com franceses e espanhóis antes mesmo das naus sob o comando de Cabral. É velha a história de que tantos tratam, ainda, sobre a primazia do descobrimento, e que fala dos Alonso de Hojeda, Diegue de Lepe, Vicente lânez Pinzon – espanhóis – além de afirmações como a que refere Moreno Brandão, aludindo a certo padre navegante - Fournier – cujas memórias pretendem denunciar que anteriormente à instalação dos portugueses no Brasil os franceses já aqui se demoravam, principalmente na região alagoana, comerciando com os silvícolas, adquirindo pau-brasil – o ibirapitanga – bem nas proximidades do Rio São Francisco.

Em torno dos ibéricos espanhóis é possível que ainda se documente algo de suas viagens. Quanto aos franceses muito se há de duvidar, salvo no que toca aos seus contactos após o descobrimento, para fins mesmo de pirataria. A notícia do “*bom padre Fournier*” – como o chamou Jean Merrièn estudando a vida marinheira do tempo do Rei-Sol -, pode revestir-se da mais supina fantasia, senão de pretensioso fruto da imaginação. Padre Jorge Fournier, jesuíta mais missionário do que navegante viveu apenas entre os anos de 1643 a 1667. E lendas espantosas exagerava ao ponto de ocupar-se seriamente da acomodação dos animais na Arca de Noé e de aludir até à conduta do *Tritão Marinho*, o marido da sereia, quando do embarque na barquinha do dilúvio universal.

Com os indígenas das paragens extensas situadas entre o Cabo de Santo Agostinho e o povoado de São Francisco que Duarte Coelho teria

fundado em 1555, cruzou o sangue do luso colonizador. Um cruzamento menos acentuado que com o negro e a respeito do qual escreve Moreno Brandão que *“foi mais fundo na região ocidental das Alagoas, onde a ausência dos engenhos de açúcar não permitiu a aglomeração de escravos negros em grande cópia ...”*

Tal tipo de caldeamento iniciou-se certamente com as primeiras expedições para o desbravamento da terra. Neste sentido, os primeiros exploradores teriam sido os participantes da expedição de Duarte Coelho rumo ao Sul de sua capitania, pelos fins da metade do século XVI. Considerando-se as dúvidas inúmeras que em torno desta primeira andança de governo por terras das Alagoas levantam variados historiadores, o aceitável é que foi com o nascer dos povoados de Porto Calvo, Santa Madalena da Lagoa do Sul e São Francisco – às margens do *Opara*, como os índios chamavam o grande rio – que veio a ter começo a étnica formação do homem alagoano do presente, cujas ingêntas características bem que podem aproximar-se ou ajustar-se inteiramente à definição buscada por notável conterrâneo de que *“taciturno, algo desconfiado, sem fraqueza rude de outros provincianos, o alagoano detesta fanfarronadas e não tem avidez de glória”*.

No contexto dos costumes e modos de viver adotavam princípios de natureza ética capazes de impressionar e reforçar conceitos de moralidade da própria sociedade dita civilizada. Destacam-se comportamentos e posições como a que assumiam diante da morte: sepultavam os seus mortos de pé. É curioso, apesar de possuírem chefes, não decidiam estes individualmente nos casos de gravidade. Thomaz Espíndola escreveu que *“nas grandes crises congregavam-se em conselhos, a que chamavam de carbés, onde as questões só eram decididas por unanimidades de votos.”* Donde se há de convir que eram por excelência praticantes da democracia – porque antes decidiam em comum, do que pela vontade discutível de um só indivíduo.

O NEGRO EM ALAGOAS

Para uma feitoria de costa é claro que ponto melhor que Porto Calvo não teriam os colonizadores encontrado no litoral do sul da capitania de Pernambuco. Servida pelo mar no Leste e por braços fluviais nos rumos para aquém da praia, o povoado que se diz fundado por Cristóvão Lins, mas

descoberto por Duarte Coelho, despontaria, com o correr dos tempos, como um dos mais importantes cenários do desenvolvimento e processo da história da gente alagoana e pernambucana.

A conquista a passos largos conseguiu-se à custa das bandeiras, verdadeiras cidades móveis – como diria João Ribeiro – e ao fenômeno social suscitado pelos escravos organizados em aldeias negras para onde fugiam constantemente. Os *quilombos* de uma certa forma contribuíram para uma mais funda penetração do processo colonizador no território alagoano através dos movimentos de repressão e eliminação que contra eles se empreenderam.

E de Porto Calvo é que eles se destinavam aos confins da Serra da Barriga ao encontro das concentrações de negros espalhadas acentuadamente em derredor da chamada Cerca Real dos Macacos – que viria a situar a atual União dos Palmares.

A luta do elemento branco colonizador contra os escravos fugidos foi das mais ferozes. Durou muito, alcançando quase setenta anos de permanente caça e repetidos embates. À procura de liberdade e existência autônomas os *quilombos* bateram-se denodados e na medida em que correram os anos mais e mais eles se revigoraram nas contendidas e choques. Afirma-se que desde cedo esforçavam-se por conscientizar os filhos dos valores da vida livre e sem senhores. De modo que mesmo recapturados com a família, os descendentes dificilmente se desarraigavam do que cedo aprenderam. Na primeira e propícia ocasião retornavam escapados para as matas em que se acoitavam e auto-governavam.

Na proporção em que aumentavam os descarregamentos dos “*tumbeiros*” com suas levas de africanos nos portos brasileiros, mais tendiam a multiplicarem-se os *quilombos* organizados no Nordeste, destacando-se principalmente o território alagoano. Eles começaram a ser combatidos logo pelos holandeses nos meados do século do descobrimento, para depois recrudescerem tais combates por determinação do governo central e da capitania. Foi o período mais extremo e mais tenaz da luta de extermínio. É o tempo dos capitães mercenários que partiam de Porto Calvo demandando nos núcleos onde o preto se refugiava.

Espécie de bicho papão de certa época o *quilombo* e sua perseguição em terras de Alagoas favoreceram a muita gente, ainda que o fracasso de

umas tantas expedições tenha sido causa de muitos prejuízos por seguidos anos. Mas não faltavam liberalidades da parte dos que ansiavam por acabar de uma vez com a primeira república implantada sob os céus do Cruzeiro do Sul.

Houve muitos nomes famosos entre os exterminadores de negros quilombolados. Numa reminiscência histórica coligida pelo historiador alagoano Olímpio de Arroxelas Galvão é curioso o registro de 29 de janeiro de 1678, sob o título de *“Palmares: recolhe-se a Porto Calvo a expedição de Fernão Carrilho julgando destruídos os negros”*. É do texto do ilustre publicista o seguinte comentário: *A expedição de Fernão Carrilho, Capitão-Mor dos Palmares, retira-se do Arraial de Bom Jesus e Cruz, onde estava concentrada, e recolhe-se à vila de Porto Calvo dando por destruídos os Palmares e vencidos os negros, sendo recebidos com demonstrações de aplausos, os quais foram mais significativas no Recife, para onde seguiu o presumido vencedor, fervorosamente acolhido pelo governador D. Pedro de Almeida”*.

Nesta altura havia passado o domínio holandês. E Porto Calvo em meio às refregas entre flamengos, espanhóis e portugueses havia se tornado em palco de grandes projeções. Nas plagas das Alagoas fora ele, o povoado primitivo de Cristóvão Lins, a mais importante de todas as vilas à época despontantes no território alagoano. Para baixo de Serinhaem, onde Matias de Albuquerque socorreu-se em sua retirada do Arraial de Bom Jesus, a vila de Bom Sucesso e suas circunvizinhanças elevaram-se nos confrontos com o batavo invasor. Sacrificou-se muito de sua população. Foi incendiada e do alto dos seus morros mais distintos assistiu ao terçar de armas, os avanços e recuos neerlandeses como dos exércitos ibéricos. Muito próximo ou nos limites dos seus horizontes foi que se travou a famosa batalha da Mata redonda, no remoto Porto das Pedras e em que tombou Rojas y Borjas, o general espanhol recém-desembarcado nas praias de Jaraguá com tropas frescas para a campanha de expulsão dos soldados da Holanda.

Por suas matas se esgueiraram na escalada das refregas os Bagnuolos como Artchofisck; os Matias de Albuquerque como Domingos Fernandes Calabar, bravo filho da terra anatematizado como traidor mas de indiscutível valor e inteligência perante um julgamento mais imparcial e menos severo como o que lhe destinaram no fragor das pelejas, os portugueses ressabiados

e temerosos de perderem a promissora colônia rica de terras férteis e próspera de possibilidades cada vez mais desfrutáveis nos dias do futuro.

A PRESENÇA HOLANDESA

A extensão da guerra dos flamengos nos espaços alagoanos teria de tornar-se fatal ao longo dos trinta anos da presença holandesa em Pernambuco. Como os nossos descobridores e colonizadores originais também os homens da Companhia das Índias Ocidentais contribuíram para o alargamento dos caminhos que fariam de Alagoas a Comarca emancipada de 1817. Nas picadas e trilhas que lograram devassar por sobre o sólo alagoano da mesma forma que os capitães-mores lusos – os Albuquerque Coelho e tantos mais – pervagaram generais da Holanda como até o próprio Maurício de Nassau, que deixaria em Penedo vestígios bélicos de sua passagem.

Data dos fins do século XVI, segundo forais existentes em que se contempla Diogo Soares da Cunha ou Diogo de Melo e Castro, a notícia oficial da existência de Marechal Deodoro, que teria sido Lagoa do Sul e Madalena da Lagoa do Sul. Alguns atribuem-lhe a fundação como de iniciativa da primeira expedição do donatário Duarte Coelho à parte sul de sua Capitania; outros, consoante a data do foral de 1591 asseguram-na fundada sobre resíduos da remota povoação, no que concorda Manuel Diégues Junior aludindo ao “*Livro que aponta como área de canas dassucar um ponto denominado de Lagoa do Sul*”. Precisar ou não o assunto, o positivo é que de Madalena e para Madalena convergiram grandes interesses da fase colonial alagoana.

Bem próximo a Madalena surgiria – ou teria sido antecedido? – o povoado de Santa Luzia de Siracusa. Como em Porto Calvo, estes dois povoamentos constituíram-se por alguns anos da invasão holandesa em alvos das investidas flamengas contra os portugueses comandados por Matias de Albuquerque – quando este teve que abandonar com sua gente o Arraial do Bom Jesus em Pernambuco.

Os caminhos entre a antiga Bom Jesus e a igualmente remota Madalena por muitas vezes tiveram de ser trilhados nos avanços como nos recuos pelos soldados europeus em luta por uma definitiva ocupação do território onde eles se traçavam. E é de imaginar-se o percurso de tantas de suas forças marginando as praias de Porto de Pedras, de Paripueira, de Jaraguá, do

Francês, e ladeando os rios do Mundaú ao Manguaba, bivacando aqui e acolá, negaceando, improvisando caminhos pela mata, ora se esforçando por defrontar-se com o inimigo, ora buscando escapar, fugir, negar-se ao confronto por estratégia ou tática de luta quase sempre em movimento.

Raros que tenham sido os confrontos entre os ibéricos e neerlandeses o deduzível é que devem ter sido tempos de bravia e indócil instabilidade, não apenas para os exércitos provenientes de tão longínquos mundos.

A cidade de Alagoas – a antiga Madalena da Alagoa do Sul – viria a ser a primeira capital do Estado. Sua fundação seria de 1596, segundo expedição de foral do mesmo ano – afirmam alguns autores. O dono de suas terras em primeiro tempo se chamou Diogo Soares da Cunha, que Dias Cabral assegura haver chegado ao chão que lhe foi doado em 1614. Mas como é de deduzir-se, a sua projeção histórica e geográfica haveria de desenvolver-se a partir das guerras ibérico-flamengas.

À época do seu florescimento primitivo ostentava uma situação certamente privilegiada; sob o ponto de vista da fertilidade de suas terras, por se encaixar retaguardada por assim dizer entre lagoas, um pouco para além do litoral infestado por navios à procura de riquezas como o pau-brasil. Nas suas circunvizinhanças se ergueu arremedos iniciais de algumas povoações, havendo a destacar-se o que viria a ser Santa Luzia do Norte, se bem que haja historiador (Almeida Prado) que dê crédito à lendária versão de que Santa Luzia antecedeu de vinte anos a fundação das Alagoas. De qualquer forma Abelardo Duarte refere-se a uma escritura de doação de abril de 1610 da qual é donatário Diogo Gonçalves Vieira.

A verdade é que por entre o destemor e o incansável trabalho dos sesmeiros e primeiros povoadores do território alagoano, foi que se situando entre Penedo e Porto Calvo, logrou melhor se impor como ponta mais avançada no roteiro da civilização das Alagoas a primeira povoação da Lagoa do Sul, visitada depois de Porto Calvo pelo donatário primeiro da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho.

O correr dos anos, afastado o perigo da permanência do invasor holandês, adviria mais ou menos sob panos livres e ventos denunciáveis e prósperos pelo cultivo e pelo lucro dos engenhos inúmeros despontados aqui e acolá pela determinação do luso colonizador. O período assinalado desde a

expulsão dos holandeses até a formação da comarca foi alongado e demorado sempre na medida em que no território alagoano foram surgindo outros povoados. Além de Santa Luzia do Norte devem indicar-se como iniciados nesta longa fase os atuais municípios de São Miguel dos Campos, Atalaia, Camaragibe, Anadia, Poxim e vários mais, inclusive Maceió, situado na orla de Jaraguá – uma famosa enseada por onde teriam desembarcado as forças de Rojas & Borja, o general espanhol que tombaria na batalha da Mata Redonda, nas proximidades de Paripueira.

Maceió que inicialmente pertencera a um certo Manuel Antonio Duro veio a fazer-se um engenho de açúcar situado bem no plano médio da atual capital alagoana – segundo mestres como Craveiro Costa e outros mais, precisamente no lugar onde se ergue a Catedral ou Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da cidade.

ANTECEDENTES DA REPÚBLICA

A participação de Alagoas na Guerra do Paraguai, à maneira das outras províncias foi relativamente significativa. O governo determinou por inúmeras vezes a organização de batalhões para a frente do conflito e é bom que se saliente o fato de que em nenhum momento arrefeceu o ânimo patriótico dos alagoanos.

Durante o decorrer do confronto arderam pelos jornais os mais destacados e efusivos impulsos de civismo. O alagoano mais que participante queimava-se de patriotismo. Mestre Moreno Brandão no seu esboço comemorativo do centenário da emancipação de Alagoas alcança resumir o total de contribuição e sacrifício com que a província concorreu na luta contra Solano Lopes; arrematando no capítulo que enfoca o assunto:

“Para essa guerra concorreu a província com os seguintes contingentes:

- Na administração do Desembargador João Batista Gonçalves Campos: 627 voluntários, 246 guardas-nacionais designados, 257 recrutas e 42 policiais;

- Na administração do Dr. Esperidião Pimentel: 156 guardas-nacionais, 19 voluntários, 2 voluntários do Exército, 114 recrutas e quatro oficiais;

- Na administração do Comendador Alencastre: 126 voluntários, 320 guardas-nacionais, 255 recrutas em dois corpos, remetendo-se mais em outro 112 voluntários, 228 guardas-nacionais, 16 recrutas, além de 60 praças

para a armada, já se tendo anteriores administrações remetido 59 homens para o serviço naval;

- Na administração do Dr. Moreira de Barros, 650 homens;
- Na administração do Dr. Silvério Jorge, 150 recrutas;
- Na presidência do Dr. José Bento, 227 homens”

A abolição da escravatura também se inscreveu entre a gente alagoana de modo sublinhadamente distinto – de forma a não perder em significação relativamente às outras províncias. É verdade que suas idéias desenrolaram-se paralelamente com o desencadear das idéias republicanas. Ocorreu num tempo em que dois jornais se destacavam pela combatividade com que abordavam os temas assumidos como metas ou propósitos jornalísticos. Eram o *Lincoln* e o *Gutemberg*.

A campanha abolicionista como em outros pontos do Império vinha já de muito anos e por ocasião dos seus últimos lances em Alagoas eram numerosos os seus propugnadores. Destacavam-se João Francisco Dias Cabral, coronel Francisco Domingues da Silva, Dr. Antonio Duarte, Antonio Alves, Dr. Arhur Homem de Carvalho, Dr. João Gomes Ribeiro e o jornalista e escritor Pedro Nolasco Maciel.

Quando promulgada a lei de final e conclusiva da extinção do trabalho escravo o povo delirou. A luta que procedia de anos anteriores atingiu desfecho dos mais exultantes em que se evocaram o idealismo e os esforços empreendidos desde muito tempo, através de clubes e sociedades como a do Clube do Cupim, no Recife, que celebrizaria figuras como José Mariano e do qual chegou a fazer parte o notório abolicionista alagoano, José Soares de Melo, a quem se refere Felix Lima Júnior no seu estudo “*Escravidão em Alagoas*”.

Houve muitas sociedades destinadas a não deixar esmorecer as intenções abolicionistas dos alagoanos. Em Maceió, Penedo, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar se organizaram clubes com a finalidade comum de libertar os escravos. Citam-se entre muitos o Clube Abolicionista Alagoano, a Sociedade Abolicionista Alagoana, a Sociedade Humanitária Emancipadora Penedense e na capital, em Maceió, a que ficou mais famosa a Libertadora Alagoana que dá nome a uma das ruas mais centrais da cidade.

Como aconteceu por todo o país a emancipação dos escravos precipitou o avanço dos ideais republicanos. Vencida a etapa anti-escravocrata se voltaram os abolicionistas para a transformação do regime monárquico em republicano. E os mesmos jornais, com raras exceções – uma delas no Rio de Janeiro, através de um dos maiores e mais nobres propagandistas da abolição que foi José do Patrocínio – enfileiraram-se ao lado dos pregadores republicanos.

ALAGOAS EM 1922

Como ato conseqüente à emancipação chegou a vez de Alagoas vir a ter também seu Capitão General, que foi Sebastião de Mello Póvoas. E já por aí o Brasil começava a efervescer para as guerras – que de fato existiram – da Independência alcançada em 1822.

A participação de Alagoas no desenrolar das lutas independencistas não se caracterizou por nenhuma apatia ou indiferença comprometedora. Ao contrário agitaram-se os espíritos e revolucionaram-se as idéias.

O capitão-general Sebastião de Mello Póvoas, primeiro governador de alagoas desmembrada, procedia já de idênticas funções no Rio Grande do Norte, onde condicionara por antipatia e restrições os motivos psicológicos que levaram os potiguares ao movimento de 1817.

Depositário da confiança portuguesa, até que Póvoas não desagradou de todo aos alagoanos; mas os obrigou a uma lealdade jurada que não se compatibilizava com o insopitável anseio de independência que agitava os espíritos patrióticos da Capitania. Através das Câmaras de Alagoas e Maceió, formalizou um compromisso de lealdade à Coroa que a história registraria como de nenhuma validade.

O que pretendia, porém, o governador, era garantir-se contra as aspirações de independência ostensivas dos alagoanos. Tanto que ao deixar o cargo – o que ocorreu em janeiro de 1822 – na própria Junta que assumiu as responsabilidades de governar a Capitania verificou-se uma cisão, quando da chegada da notícia de que o país se libertara do jugo português.

Por maioria de dois contra um, a Junta desobedeceu ao Príncipe “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”. Negava-se a reconhecer a Independência e insistia em cumprir tão somente as ordens de Lisboa.

Tal posição provocou protestos de todos os setores da vida alagoana e o povo veio para as ruas em ebulição disposto à luta de armas na mão. Contra governantes que se opunham a um Brasil emancipado da Coroa Portuguesa, a gente recorria à sublevação sem peias. Diante de tal situação impunha-se o aparecimento de um homem capaz de conter e contornar o conflito iminente. E na figura de Jerônimo de Albuquerque Maranhão – rico proprietário em Maceió – foi que recaiu a liderança e o comando dos independentistas de Alagoas.

Segundo o historiador Craveiro Costa, “reuniu e armou mais de 400 homens e com elementos de São Miguel e Porto de Pedras, invadiu a Capital. Não houve resistência. Braklamy e Coelho, membros da Junta, foram excluídos pelo juiz-de-fora de Penedo, Dr. Caetano Maria Lopes Gama, mais tarde senador do Império e Visconde de Maranguape, e pelo próprio Jerônimo de Albuquerque”.

Declarando-se oficialmente integrada no novo sistema de governo instituído por D. Pedro I, a nova Junta aclamou o Príncipe no mesmo dia que iniciava a tarefa de expulsar os portugueses – os “pés de chumbo” – sob aplausos e vaias populares.

Funcionários lusos, militares e civis, foram todos demitidos e despachados de volta para Portugal, ocorrendo então uma única exceção – para comprovar a ainda hoje típica e peculiar hospitalidade dos alagoanos – a do português José Eduardo Pereira Colaço Amado, major comandante da artilharia, que por ser extremoso amigo do Brasil, e de seus filhos de Alagoas, residindo há 15 anos em Maceió, foi-lhe permitido ficar na terra libertada, escapando à exaltação das primeiras horas em que o povo, exultando pela liberdade, se dispunha à morte contra a tirania e a submissão ao colonizador de mais de 200 anos.

Elevada a Vila em 1816, seis anos depois, no ano da Independência, Maceió já aspirava maiores elevações. Do antigo engenho do século XVIII do capitão Antonio Padilha – o Engenho Maceió levantado, ao que afirmam alguns pesquisadores ao sopé do pequeno morro sob cuja base se construiu a capela de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira, resultara uma considerável povoação em pouco tempo desenvolvida e crescente. De tal forma que já por ocasião dos festejos da emancipação nacional ela se armava com os foros de importância. E começava a disputar com alagoas privilégios que por inelutáveis

condições geográficas eram negadas à histórica Santa Madalena da Lagoa do Sul.

A MUDANÇA DA CAPITAL

Elevada a Vila de Maceió, sua situação aos pés do Atlântico, voltada para uma favorabilíssima enseada como a de Jaraguá, cativava a todos sob os mais variados aspectos, oferecendo vantagens comerciais que Alagoas se tornavam inacessíveis em outros pontos.

Por esse tempo um notável funcionário da coroa, o ouvidor Antonio Ferreira Batalha, como a mais importante autoridade da época e por se haver destacado precisamente quando dos episódios da revolução de 1817 deu por desvelar-se para com as perspectivas que a vila prometia. E é de sua autoria o primeiro documento oficial conhecido, segundo Aminadab Valente, colocando Maceió em condições bem acima da chamada Alagoas que *“como Cabeça de Comarca mantinha a residência das autoridades civis e religiosas, a tropas e era a capital da Capitania”*.

Trata-se de um relatório interpretado então como desabonador para com a antiga capital – um manuscrito voltado agradavelmente para a vila de Maceió em detrimento da posição desfrutada pela rival entre lagoas – equiparando em projeção social, política e religiosa ambas as vilas em disputas já evidenciadas.

O cronista Aminadab Valente escreveu a respeito: *“As duas vilas agora podiam se debater pois estavam em igualdades de condições, e daí cessarem as rivalidades perdurantes, mas de maneiras várias surgiram acintes e pilhérias jocosas para melindrar, e até nos documentos oficiais por vezes se faziam sentir esse sentimento.”* Acrescenta que muitas pessoas não perdiam a oportunidade de exteriorizar sentimentos de pilhérias até mesmo no trajar dos indivíduos – os maceioenses se julgando mais distintos, mais à altura dos usos adiantados ou realmente citadinos.

E para tudo ainda mais concorreu a chegada do governador Mello Póvoas, quase quatro anos antes, que como de natural apreciou muito mais ficar em Maceió do que ter de localizar-se em Alagoas. De logo demorou muitos dias, além do que esperavam os representantes e chefes de repartições da velha capital. Pretendia estender mais ainda a sua permanência quando foi advertido para a insatisfação reinante entre os habitantes das Alagoas, já

inconformada com a longa ausência do governador da vila em que deveria residir oficialmente.

Tendo de tomar posse do cargo efetivamente na vila das Alagoas, quando veio a fazê-lo, Póvoas no entanto já reconhecera das vantagens que Maceió oferecia para o desempenho mesmo de uma boa administração. E é possível que a partir dessa convicção tenha se imposto como uma histórica fatalidade a mudança da capital da Província para o sítio do remoto engenho que em expansão comercial e demográfica chegaria a atual capital do Estado de Alagoas.

Só a administração de Agostinho da Silva Neves foi que efetuou enfim a transferência da capital. Entretanto o processo durou ou arrastou-se sob acirradas divergências. Alagoas não se conformava com a iminência da perda de seus foros de capital. E quando o fato se tornou realidade em marcha sob muitas formas desencadearam-se lutas entre correntes políticas.

A medida que se acumulavam atos administrativos como nomeação e transferência de funcionários e criações de repartições em Maceió, mais a atmosfera se adensava e perigava, tendo culminado com o chamado episódio da mudança do cofre da Tesouraria Provincial. Foi um acontecimento que chegou a assumir as proporções de motim. O presidente Silva Neves teve que se refugiar a bordo de um barco nas águas do litoral alagoano tendo sido repostado no cargo pelo Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, então 1º Vice-Presidente provincial, que logrou habilmente triunfar contra os contestadores do *Cumpra-se* com que o titular efetivo do governo assentiu com a mudança para Maceió do cofre em que se depositavam os dinheiros governamentais da Província.

Registraram-se paralelamente a tais conflitos outros gestos de inconformação – principalmente no campo da magistratura, cindida aqui e ali em alguns pontos e de uma certa forma instigada pelos Tavares Bastos, que ao tempo, com os Sinimbú disputavam prestígio e influência política nos domínios alagoanos. Os primeiros ainda reforçados do apoio de um chefe militar, que era o oficial Manuel Mendes da Fonseca, pai do futuro Proclamador da República.

De certa maneira tais e tão repetidos sucessos é natural que em tudo concorreriam para o cada vez decidido propósito de instalar em Maceió a

capital da Província. E de nada valeriam as razões que se impunham descritas e documentadas nas oficiais correspondências, como esta dirigida ao Conselho Geral em 1830, que se aponta como uma das primeiras necessidades para o bom governo da Província firmar a sede do governo ou na velha capital oposta a Maceió, pelas seguintes razões:

“1° pela salubridade e frescura do clima;

2° pela superabundância de víveres, verduras, refrescos e águas;

3° por ser mais defensável ao inimigo externo do que a vila de Maceió;

4° pelas igrejas e templos que nela se acham edificadas, onde se celebram ofícios divinos, e edifícios particulares de pedra e cal;

5° pelos subúrbios e margens da Alagoa e Canal Grande que povoados de engenhos de fazer açúcar, e situações e propriedades regadas de belas águas e férteis para plantações de todo o gênero, onde também se podem criar gados encerrados e soltos no Tabuleiro, que vai desta cidade para a Barra de São Miguel e sua povoação, onde igualmente se podem refazer boiadas, que vieram de fora, e de outras mais conveniências capazes de socorrer aos povos que vierem tratar de seus negócios;

6° finalmente por estar situada no meio da província, cômoda à ocorrência dos povos do Norte e Sul dela.”

Tudo embalde, porém, este, como outros documentos ou pleitos levantados para manter a antiga vila de Madalena como capital de província imperial resultaram de todo negativos. Em 1839, após tantos esforços e lutas empreendidas consumou-se por fim a derrubada – Maceió alçou-se a principal cidade, sede do governo, capital da Província das Alagoas. E o próprio Silva Neves – hostilizado por uns e aplaudido por outros foi que efetivou de uma vez por todas a antiga pretensão de Mello Póvoas, através de projeto aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial por 14 votos contra quatro dados por filhos da antiga capital. A promulgação da lei foi feita no mesmo dia em que foi sancionada. Moreno Brandão assinala: *“E com uma celeridade espantosa promoveu-se a transferência da Capital, porquanto tendo sido expedidas as ordens para que a mudança se fizesse no dia 11 a 14 de dezembro, eram assinados os atos oficiais em Alagoas.”*

A REPÚBLICA EM ALAGOAS

Em Alagoas os republicanos viveram instantes calorosos de vibração pró-república. Inclusive teve apresentada em seus auditórios, para conferências e debates, figuras como Silva Jardim. Oradores e tribunos dos mais notáveis da vida maceioense de então transmudaram-se em expoentes de uma fase nova para o destino brasileiro. Eram os democratas por vezes ironizados mas quase sempre ouvidos e constantemente aclamados.

Entre eles distinguiram-se os homens mais inteligentes. Eram os Guido Duarte, Américo Raposo, João Gomes Ribeiro, Euzébio de Andrade, “e uma luzida falange de moços que constituíam o escol intelectual da província”.

Como no caso da campanha abolicionista, em pleno desenvolver da agitação republicana multiplicaram-se igualmente os clubes – eram os Club Federal, os Club Republicanos e alguns outros. De forma que quando chegou a Maceió a notícia da queda da monarquia foram destes clubes – dos seus próceres – que o alagoano esperou a melhor das diretrizes. E para eles convergiram as atenções gerais. Entre os líderes de maior relevo projetavam-se João Gomes Ribeiro e Ricardo Brennand Monteiro. A estes dois e seus outros seguidores recorreu-se para as primeiras deliberações republicanas.

O historiador Moreno Brandão não se revela muito pelas afirmações de que a Abolição como a República foram campanhas contagiantes – não significaram movimento “acérrimo e violento”. De qualquer forma, porém, a verdade é que ambos os eventos frutificaram e se consolidaram rápido nas Alagoas. No caso da instauração republicana, como as notícias dos acontecimentos de 15 de novembro só chegaram três dias depois, houve e propalou-se muito daquele tipo de desinformações perturbadoras. Ninguém sabia o que de fato ocorrera na capital do Império. Depois de certificados dos feitos do marechal Deodoro da Fonseca então os alagoanos vieram às ruas respaldados pela oficialidade do 26º Batalhão do Exército e se lançaram, pelos líderes exponenciais os manifestos de estilo. Constituiu-se uma junta para a substituição do então presidente provincial – eram três figuras, as do triunvirato: Major Aureliano de Azevedo Pedra, Dr. Manuel Ribeiro Barreto de Menezes e “cidadão coronel” Ricardo Brennand Monteiro – isto depois de devidamente comunicada a seguinte proclamação ao povo:

“Concidadãos!

A pátria exige de seus filhos, no momento atual, o mais importante para a vida de um povo, que se diz e quer ser livre de veras, a cooperação sincera, a dedicação extrema, o esforço supremo e desinteressado, a abnegação sem limites, para a realização dos princípios democráticos, daqueles que, em boa prática, fazem a felicidade d'um povo, e que, proclamados pelos irmãos do centro civilizador deste vasto país pela artéria principal do grande organismo social, ramificam-se, eletrizando os verdadeiros patriotas, e incitando-os à luta em prol dos direitos e das liberdades do homem.

A pátria exige de seus filhos prediletos, dos que sabem compreender suas legítimas aspirações e compenetrar-se dos árduos deveres impostos nas emergências em que periclitam a soberania popular e os seus direitos correlativos, a mais perfeita identificação até o sacrifício com a causa do seu engrandecimento – que é a sua regeneração por meio de um governo essencialmente livre, nacional, do povo e pelo povo.

Cidadãos!

O Brasil tendo percorrido a escala ascendental que tem levado os povos, em todos os tempos, o fastígio da glória, faz neste grande momento, ingente esforço para alcançar o último e grande degrau onde destacam-se com brilhantismo as suas irmãs, iluminadas pelos raios da liberdade.

Sim, cidadãos, é o mais solene e importante para a pátria; e de nossa energia, de nossa franca atitude dependem a sua prosperidade, o seu engrandecimento e a sua verdadeira felicidade.

Não devem haver vacilações.

A indecisão, o retraimento e o indiferentismo – nas atuais circunstâncias – são um crime de lesa-patriotismo.

De nossa parte declaramos com a maior isenção de espírito, com o ardor e entusiasmo que inspiram o patriotismo, a nossa franca e sincera adesão ao movimento republicano iniciado e posto em prática no Rio de Janeiro, aceitando-o como necessário, urgente e único compatível com as aspirações nacionais.

Aceitando-o, ligamos, os nossos esforços aos destinos da pátria, e proclamamos neste torrão da América do Sul, que se chama - Alagoas – a República.

Viva a República!

Maceió, 16 de Novembro de 1889.

Bacharel Manuel Clementino do Monte, Bacharel Manuel Messias de Gusmão Lyra, Dr. Pedro Nolasco Buarque de Gusmão, Bacharel José Bernardo de Arroxelas Galvão, Dr. Joaquim José de Araújo, João Francisco Duarte, Farmacêutico Candido de Almeida Botelho, Luiz Belarmino de França, Dr. Alfredo de Araújo Rego, Tabelião José Vieira Sampaio, João Luiz Buarque de Gusmão”.

Com este documento o alagoano aderiu. A ele se seguiram outros manifestos, enter os destinados a desfazer a onda de boataria reinante, inclusive algumas falsas mensagens telegráficas. Mas a opinião publica não tergiversou. Abraçou sem resistência o fato consumado e reencetou seu curso em meio a uma população – ao que revela um ou outro estudioso – indiferente à transformação por que passou já na agonia do século XIX o regime de governo dominante no Brasil há mais de 67 anos.

Transcorridas as comemorações, as festas com os discursos e grandiloqüentes tiradas tribuniciais e cívico-vernaculares muito em voga na época, vieram os ajustamentos aos padrões de administração que se iriam impor.

Deodoro da Fonseca nomeou um governador provisório – o comendador Tibúrcio de Araújo – substituindo-o a seguir pelo seu irmão coronel reformado Pedro Paulino da Fonseca. Depois se passou a cuidar de uma constituição. E nomeada uma comissão para a elaboração do projeto da dita iniciaram-se de logo as divergências. Em pouco mais de trinta dias o governo promulgou o texto constitucional elaborado pelo pró-homens da hora. E quando veio a ocorrer a primeira sessão constituinte propriamente desandaram os atritos, os tumultos e agitações.

Os começos da vida republicana em Alagoas se anunciaram realmente efervescentes. Tanto que a partir desses primeiros dias de discussões em torno do governo e das leis republicanas, principiaram de maneira incessante desacordos e desencontros que variaram anos. Governadores foram depostos, lutas se travaram entre correntes acirradas, tiroteios se deflagraram e fizeram vítimas, prosseguindo as desavenças até a queda de Deodoro e substituição por Floriano Peixoto.

O Barão de Traipu, como o Dr. Gabino Besouro foram figuras em torno das quais deblateraram e se engalinharam ferozmente ante os alagoanos do expirar do século XIX.

Com a nova centúria minimizaram relativamente as disputas de Alagoas. Houve períodos aqui e acolá assinalados por incidentes ou conflito, mas sem uma importância por assim considerável da parte de alguns historiadores. Recrudesceu, no entanto, a partir do que se convencionou chamar na segunda década do século da “derrubada das oligarquias”. Foi o período das lutas

contra a popularidade e o domínio do Dr. Euclides Malta e seus decididos correligionários.

Já nos anos vinte o panorama era outro – se bem que já advertido ou voltado para uma nova reestruturação republicana. Não ecoaram – pelo menos até agora nada se pesquisou a respeito – as ressonâncias provocadas pelos movimentos revolucionários de 1922, 24 e 26 em Alagoas. Só em 1930, com a vitória pelas armas da Aliança Liberal tornaram os alagoanos ao palco da vida nacional com projeções indiscutíveis através de figuras às quais serviu de berço.

Mas este período ainda está para ser analisado pelos que estudam e cultivam a vida e a história desta porção da humanidade edificada pelo lado Norte do Rio São Francisco bem no curso final de sua desembocadura – sobre as bases geográficas e históricas que hoje se representam por Penedo, Marechal Deodoro (a antiga Santa Madalena da Lagoa do Sul) e o memorável Porto Calvo, pletórico de lendas e heroísmo nas guerras contra os holandeses invasores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas** – Reedições DEC. Alagoas, 1969.

BRANDÃO, Alfredo. **Crônicas alagoanas**. Casa Ramalho Editora. Alagoas, 1939.

BRANDÃO, Moreno. **O centenário da emancipação política de Alagoas**. Casa Ramalho Editora. Alagoas, 1919. **CAROATÁ**, José Próspero Jeová da Silva. **Crônica do Penedo**. Reedições DEC. Alagoas, 1962.

BRANDÃO, Otávio. **Canais e Lagoas**. Jacinto Ribeiro dos Santos. Rio de Janeiro, 1919.

CAROATÁ, José Próspero Jeová da Silva. **Crônica do Penedo**. Reedições DEC. Alagoas, 1962.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia do domínio holandês**. José Olímpio Editora. Rio de Janeiro, 1952.

CASAL, Aires. **Geografia brasílica**. Ed. Cultural. Rio de Janeiro, 1943.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1934/Ed. José Olímpio. Rio de Janeiro, 1939.

_____. **A emancipação política de Alagoas.** Arquivo Público Estadual – Alagoas.

DIÉGUES Jr., Manuel. **O bangüê nas Alagoas.** Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1948.

DUARTE, Abelardo. **Os primórdios do povoamento de Alagoas.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, volume XXV, 1947.

_____, **As Alagoas na Guerra da Independência.** Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Maceió, 1974.

_____, **Três ensaios de republicanismo nas Alagoas. Episódios de contrabando de africanos. Os Jesuítas nas Alagoas.** DEC. Maceió, 1966.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Geografia alagoana.** Tipografia Liberal. Maceió - AL, 1871. 2ª edição

FERNANDES LIMA, Ivan. **Maceió: a cidade restinga.** Imprensa Oficial. Maceió – AL, 1961.

GOMES, Jurandir. **Quadros da história das Alagoas.** Casa Ramalho Editora. Alagoas, 1956.

LIMA Jr., Felix. **Escravidão em Alagoas.** Departamento de Assuntos Culturais. Maceió, 1975.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil.** Nova ed. Weisflog Irmãos, São Paulo, 1918.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Notas.** In *História da Civilização das Alagoas.* DEC – 4ª Edição. Maceió, 1962.

_____, **Contribuição à história do açúcar em Alagoas.** Instituto do açúcar e do Alcool/Museu do Açúcar. Recife, 1978.

SILVEIRA, José. **Notícia histórica de Maceió.** In *Maceió: cem anos de vida da capital.* Casa Ramalho Editora. Alagoas, 1939.

VALENTE, Aminadab. **A mudança do cofre.** Imprensa Oficial. Alagoas, 1952.

VERAS, J. M. Carvalho. **Alagoas: 150 anos (1817-1967).** Departamento Estadual de Estatística. Imprensa Oficial. Alagoas, 1967.